

O PORTUGUÊS: CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

(1994)

Nesta conferência com que se iniciam os trabalhos do **Congresso Internacional sobre o Português** não resisto à tentação de lançar, logo de começo, uma pergunta que espero seja entendida como uma provocação: Qual o interesse de aprofundar a investigação sobre o Português? Caberá no nosso horizonte um empenhamento no seu conhecimento e difusão? Que fazer com esta língua?

Sendo a quinta língua do mundo em número de falantes, o Português é, no entanto, língua materna de escassos 11 milhões de pessoas numa União Europeia de 343 milhões. Espalhada por quatro continentes, a língua portuguesa está restringida, na Europa, a um espaço de 90.000 km.². Tendo sido outrora língua de prestígio em que se comunicavam com asiáticos e africanos os navegadores europeus, o Português é hoje entendido, no espaço de agregação em que vivemos pela criação da União Europeia, como uma língua minoritária, exótica, desconhecida, língua dos emigrantes em países ricos, língua de uma área periférica. Em múltiplos contactos europeus somos obrigados a utilizar as línguas dos países economicamente fortes, com predomínio do Inglês. Tal como outrora o Francês se introduziu nas línguas europeias, importamos hoje palavras e expressões inglesas em domínios significativos da vida nacional. E se em Portugal todos falamos Português, é nossa peculiaridade falarmos também a língua dos que nos visitam. Perante este panorama, porque nos obstinamos em difundir a língua portuguesa, porque não usamos uma língua de maior expansão, enfim, porque não optamos, por exemplo, por utilizar as nossas energias e o nosso potencial científico na aprendizagem de um impecável inglês que nos permita discutir em pé de igualdade com os anglo-falantes?

A aceitação inquestionada desta proposta evidenciaria a nossa visão eurocêntrica que constitui permanente tentação. Portugal está integrado na Europa. Mas, como já tantos o disseram, o seu passado impõe e o seu futuro aconselha um estreitamento das relações com África e com o Brasil. Acrescenta-se que nesse estreitar de relações a língua portuguesa tem um forte papel

alicerçante. Se por amor a esta Europa dourada de milhões estabelecêssemos uma política de língua subvalorizando o Português estaríamos a arrancar de nós o pedaço mais iluminado da nossa própria história. Prevendo embora que as línguas oficiais de trabalho da União Europeia sejam dentro de algum tempo apenas o Inglês, o Francês e o Alemão, não podemos esquecer que fora da Europa, nos continentes em que o futuro se prepara, as grandes línguas são (e sê-lo-ão por muito tempo) o Inglês, o Espanhol e o Português. E não vale a pena escamotear a digna decadência da Europa. Se queremos manter um laço com o resto do mundo teremos que acarinhar, valorizar e conhecer cada vez melhor a língua portuguesa.

Aliás, o Português é também para nós, na Europa de hoje, língua de afirmação. Portugal é reconhecido politicamente como um país independente. Mas até que ponto este reconhecimento se estende aos campos económico, tecnológico e científico? A língua que falamos com mais 180 milhões de pessoas é um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença. Precisaremos de justificar a sua valorização, o interesse devotado ao seu estudo e conhecimento?

Existem porém razões mais profundas para mantermos a identidade linguística. Se a formação do ser individual e social se processa numa constante relação com a sua actividade linguística, a recuperação daquilo que essa actividade lhe transmite da sua história, como indivíduo e como elemento da comunidade a que pertence, é fundamental na sua identificação pessoal. E nessa recuperação entra a riqueza das variedades de uma língua como o Português, pelo mundo em pedaços repartida: pois se a língua é repositório de memórias, essas memórias existem igualmente na unidade e na variedade. É através da paisagem da língua que podemos abranger a nossa própria origem e nos identificamos como elementos de um todo mais vasto que, por contraste, determina os nossos próprios limites. É através do Português que portugueses e brasileiros criam o seu próprio caminho no mundo.

Espero ter transmitido a minha funda convicção da importância que assume hoje a língua portuguesa. Apresentei argumentos externos que procuram justificar o seu lugar no mundo e referi brevemente a inegável relação que para todo o homem existe entre a sua construção como indivíduo e a aquisição da língua materna. Pretendo salientar agora a necessidade da investigação linguística sobre o Português, investigação que urge desenvolver.

Tenho como convicção que a história existe para criar pontos de referência que estabilizem a nossa passagem pelo mundo. É por isso que começo por aludir ao nascimento da linguística na primeira década do século 19, quando o estudo comparado das línguas indo-europeias tinha como objectivo último solucionar os problemas levantados pela análise das línguas particulares. A investigação linguística sobre o Português emerge com alguma consistência no período de intenso labor correspondente ao apogeu dos neogramáticos que, a partir de meados do século 19, desenvolveram um enfoque histórico na análise e comparação das línguas pertencentes aos grandes ramos que descendiam do indo-europeu. Na época, o interesse pelo Português nasceu na escola alemã e decorreu do estudo desenvolvido por Diez sobre as línguas românicas e, depois dele, por linguistas como Meyer Lübke, num trabalho de pesquisa que até hoje não sofreu solução de continuidade. Refiro-me à investigação em que se incluem as gramáticas históricas e as obras de filologia e de história da língua. Em Portugal e no estrangeiro, a escola de romanistas, extremamente vigorosa na Europa desde finais do século 19 até meados do século 20, deu ocasião ao aparecimento de gramáticas históricas e de estudos sobre a história do Português que ainda hoje são repositórios de inumeráveis conhecimentos sobre a génese e evolução da língua nomeadamente nos campos morfológico e fonético. E estou a pensar em José Leite de Vasconcellos, em Adolfo Coelho, em Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em José Joaquim Nunes, em Joseph Hüber, em Sousa da Silveira, em David Lopes, em Said Ali, em Williams, na sintaxe histórica de Epifânio da Silva Dias, e mais tarde nos trabalhos de Serafim da Silva Neto, Luís Lindley Cintra, Celso Cunha, continuados pelos filólogos em actividade nas escolas portuguesa e brasileira. Herança do tempo áureo dos romanistas, esta vertente de estudos sobre o Português foi e é terreno conhecido de linguistas nacionais e estrangeiros que em conjunto levam a efeito projectos de investigação e intercambiam conhecimentos.

Ao desenvolverem-se na Europa e na América núcleos de investigação linguística enquadrados por uma visão estruturalista, as preocupações científicas começaram a ser dominadas pela necessidade de criar *corpora* analisáveis e de estabelecer sistemas e sub-sistemas descritivos que evidenciassem a organização dos dados das línguas. O objectivo de descrever extensivamente o particular estimulou a construção de métodos e técnicas de análise que implicavam uma

atenção cuidadosa à língua falada no presente. O Português não esteve ausente dos estudos feitos neste contexto, voltados para os níveis fonológico e morfológico tal como havia sucedido com os objectos de estudo das gramáticas históricas. Vale recordar aqui as obras precursoras de Gonçalves Viana e de Leite de Vasconcellos cuja intuição linguística levou, ainda na viragem do século 19 para o século 20, à pesquisa sobre a língua contemporânea nomeadamente nas áreas fonológica e lexical. Devem referir-se por outro lado os estudos de fonologia e morfologia orientados pelos modelos estruturalistas europeu e americano com relevo para a obra plurímota de Mattoso Câmara.

O que podemos denominar como percurso dialectológico na investigação sobre o Português inclui-se igualmente neste âmbito de tratamento dos dados. A descrição dos dialectos e variedades da língua é tradição viva em Portugal e no Brasil. Refira-se, como é devido, o trabalho pioneiro de Leite de Vasconcellos apresentado à Universidade de Paris. Mais próximos de nós no tempo situam-se os trabalhos de Nascentes e de Nelson Rossi sobre os dialectos do Brasil, a recolha de falares portugueses orientada por Paiva Boléo, o panorama das grandes áreas dialectais traçado por Lindley Cintra e ainda os estudos em curso para a elaboração do Atlas de Portugal e da Galiza e para a integração do Português no Atlas das Línguas da Europa. No Brasil teve a dialectologia menos cultores mas, ao invés de Portugal, os problemas sociolinguísticos do Português brasileiro têm recebido importante tratamento em extensão e em profundidade; aspectos sociolinguísticos desta variedade estão na base de análises surgidas recentemente no exterior, sobretudo na literatura especializada de raiz norte-americana. Inscrevem-se ainda nesta linha de pesquisa os múltiplos trabalhos realizados no Brasil com aproveitamento do material do projecto NURC (norma urbana culta) que hoje respondem pela denominação geral de Gramática do Português Falado. Entre estes investigadores e os que em Portugal levaram a efeito a recolha do Português Fundamental desenha-se presentemente uma colaboração que se prevê fecunda.

Finalmente, o estudo dos crioulos recebeu nos últimos 10 anos novo impulso devido ao seu enquadramento numa perspectiva teórica que permite avançar no conhecimento da aquisição da linguagem e da génese das línguas. Linguistas lusófonos e estrangeiros têm voltado um olhar atento para os crioulos

de base portuguesa iluminando alguns aspectos obscuros e renovando o interesse que esses crioulos mereceram no princípio do século.

A descrição e organização dos dados tem de entender-se como uma via aberta para uma qualquer interpretação explicativa, sem o que o trabalho do linguista se deve considerar incompleto. No limiar dos anos 50 já tinham sido elaboradas na Europa e nos estados Unidos algumas propostas no campo da sintaxe com o objectivo de criar mecanismos de formalização dos dados e de regulação das suas inter-relações. Essas análises, que usavam basicamente critérios distribucionais e operações de transformação, deram origem a estudos descritivos sobre a sintaxe do Português que em Portugal estiveram sobretudo ligados à escola francesa.

A análise das línguas nos seus aspectos específicos não foi o único caminho percorrido pelos estudiosos da linguagem. A abordagem filosófica da actividade linguística desabrochou na Europa a partir de 1660 com a Gramática de Port-Royal que representou ao tempo uma procura da forma lógica de pensar através do estudo da estrutura da língua. Sabemos que os portugueses nunca foram especialmente sensíveis à teorização do saber no domínio das ciências humanas. Tal razão acrescida do progressivo afastamento entre a *intelligenza* portuguesa e a europeia - afastamento que se tornou evidente após o Renascimento - esteve na base de um manifesto desinteresse pela linha filosófica do saber linguístico. Em consequência, foi necessário que decorressem cento e cinquenta anos sobre a publicação de Port-Royal para que surgisse a primeira gramática filosófica do Português, da autoria de Jerónimo Soares Barbosa. Sendo embora uma análise da língua portuguesa que converge em muitos pontos com perspectivas actuais da investigação linguística, ela é no entanto uma obra isolada no panorama do estudo sobre o Português e não teve ao tempo a devida repercussão internacional.

É no princípio do século 20 que encontramos na linguística europeia a sequência do enfoque teórico sobre a linguagem que já fora tentativamente formulado nas gramáticas filosóficas: a teoria do signo desenvolvida por Saussure e a concepção da língua como entidade abstracta. Esta abordagem linguística - o primeiro momento do nascimento da moderna ciência da linguagem - teve fraca ressonância em Portugal e no Brasil, e apenas a partir dos anos 50. A obra teórica de Herculano de Carvalho, que reflecte aspectos dessa perspectiva, está ainda hoje isolada no contexto da investigação portuguesa e brasileira. Foi também por volta

dos anos 50 que o poder explicativo do paradigma estruturalista começou a ser posto em causa. As questões então levantadas encontraram algumas respostas na teoria da gramática generativa que, após a publicação das primeiras obras de Chomsky, transportou para os Estados Unidos o eixo da investigação linguística. Valorizando de início a procura da linguagem formal mais adequada à descrição das línguas naturais, a gramática generativa abandona a análise descritiva do *corpus* e acentua a importância da “competência” do falante na produção e reconhecimento das frases gramaticais. A partir de 65 a teoria propõe a existência de um sistema de regras que atribuam uma descrição estrutural às frases de modo explícito e bem definido, propondo ainda que tal descrição estrutural seja interpretável pelas componentes fonológica e semântica da gramática. É também a partir dessa época, e com base nas hipóteses formuladas pela teoria, que se discute a relação entre os mecanismos formais da gramática e os processos cognitivos subjacentes à actividade linguística.

Situam-se neste enquadramento teórico alguns trabalhos sobre o Português datados dos anos 70: no campo da fonologia e da morfologia flexional, tendo como modelo a obra de Chomsky e Halle (1968); no domínio da sintaxe, orientados pelos princípios da teoria generativa standard.

O conceito de gramática das línguas naturais que subjaz às obras mais recentes de linguística engloba dois vectores complementares: uma descrição que o linguista faz do conhecimento que o falante tem da sua língua e uma proposta sobre a faculdade da linguagem. O percurso científico da linguística orienta-se para o estabelecimento de princípios e parâmetros universais através da análise comparada das línguas que integra a mudança histórica e a variação linguística. Neste quadro teórico se insere a investigação sobre a sintaxe do Português levada a efeito por linguistas portugueses e brasileiros nos últimos 10 anos (a que se tem juntado alguma investigação que emerge em países africanos), bem como a mais recente pesquisa nas áreas da morfologia e da fonologia. A procura das características definitórias da linguagem humana tem por seu lado impulsionado estudos de psicolinguística em Portugal e no Brasil, e levou, no domínio da semântica, à produção de algumas obras que se integram em diferentes modelos e por enquanto se apresentam como obras isoladas.

A investigação sobre a língua portuguesa que se tem desenvolvido em Portugal e no Brasil encontra-se hoje, do ponto de vista científico, a par da

pesquisa levada a efeito neste domínio pela comunidade internacional. No entanto ela é claramente insuficiente na extensão descritiva e na difusão das análises efectuadas. Vejamos o tipo de lacunas mais evidentes.

É hoje aceite consensualmente que a análise da especificidade das línguas, ao constituir um avanço no seu conhecimento contribui igualmente para o desenvolvimento da teoria e ilumina os ângulos obscuros da gramática universal. Esta razão está na base do interesse demonstrado pelos linguistas na comparação entre línguas com as mais diversas características de superfície, e na verificação de como se comportam essas línguas no que respeita a determinados fenómenos.

O Português exhibe, em todas as suas variantes, particularidades que se enquadram nos aspectos mais salientes da actual investigação linguística. Cito, no domínio fonológico, o funcionamento do sistema das nasais, a manifesta inter-relação dos ditongos nasais e não nasais com a estrutura silábica, a ocorrência de consoantes palatais em qualquer posição da palavra, as características do sistema acentual e a sua interacção com as vogais não acentuadas e, no Português europeu, a supressão de vogais átonas. Lembro, na morfologia, a diversificação em superfície da flexão nominal e da flexão verbal, a harmonia vocálica manifestada na alternância das vogais do radical em verbos da segunda e terceira conjugações e a especificidade na formação de palavras. Refiro a construção dos tempos compostos (cujo auxiliar 'haver' foi há muito substituído por 'ter', em contraste com o francês e o castelhano), a utilização sintáctica do infinitivo flexionado e do futuro do conjuntivo, a colocação dos clíticos e a sua supressão já ocorrente no Português do Brasil, a utilização do 'se' impessoal, as estruturas de negação. E ainda, o uso do pretérito perfeito simples em contraste com o perfeito composto, os valores aspectuais das construções verbais, a utilização do verbo principal na resposta a uma pergunta, as estruturas frásicas completivas, interrogativas, relativas, as construções de topicalização. Como qualquer outra língua, o Português (nomeadamente o europeu) tem aspectos peculiares que, porque não dizê-lo, provocam numa primeira abordagem a sensação de língua estranha cujo estudo contribuirá para o esclarecimento de alguns problemas singulares.

E no entanto a actual bibliografia da especialidade raramente cita o Português, e nas raras citações revela por vezes desconhecimento do funcionamento da língua, das análises já feitas e até das próprias unidades lexicais. Na consulta que fiz em biblioteca especializada a um conjunto de 302

livros de fonologia (que abrangiam obras sobre a língua portuguesa publicadas desde o princípio do século), encontrei 12 livros sobre o Português todos eles de autores lusófonos. Devo acrescentar que a mais importante literatura publicada nos últimos 10 anos neste domínio está inserida no conjunto das obras consultadas. E porque, tal como acima afirmei, a análise das línguas particulares contribui para o avanço da teoria, as obras referem frequentemente uma grande diversidade de línguas na investigação de um fenómeno específico. Todavia, o Português prima pela ausência. E exemplifico com Andersen e Ewen (1987, *Principles of Dependency Phonology*) que cita 65 línguas sem incluir o Português, com Hargus e Kaisse, (1993, *Phonetics and Phonology*) que cita 74 línguas, com Haraguchi (91, a *Theory of Stress and Accent*) que cita 46 línguas, com Yule (1985, *The Study of Language*), com Maddieson (1984 *Pattern of Sounds*) que se socorre da *Phonological Segment Inventory Database* da UCLA onde, entre 335 línguas, o Português não é referido. E poderia continuar, acrescentando que, se a língua portuguesa é citada raramente, os autores portugueses e brasileiros pura e simplesmente não figuram. Perdão, em obras de sintaxe surgem dois ou três nomes de autores lusófonos cujos trabalhos foram escritos em Inglês. E mais: como não estão indicadas as fontes do dados que permitem as brevíssimas referências ao Português, não podemos compreender como surge em Horn (1978) a frase “não mover uma palha” em que a palavra “palha” está grafada como “pallia” nem porque em Fisiak (1985) a palavra portuguesa “touro” aparece como “tauro” visto que em qualquer das bibliografias anexas não há referência a autores portugueses ou a obras dedicadas a esta língua. Alguns artigos têm vindo a lume em que problemas da sintaxe do Português são discutidos. E nestes se integram, por exemplo, trabalhos de Rouveret, Spencer e Kayne sobre clíticos (este último incluído numa colectânea em que Paiva Raposo analisa o infinitivo flexionado) e, ainda sobre clíticos, uma secção de Spencer (1991, *Morphological Theory*) e uma referência à língua portuguesa no quadro das línguas românicas, da autoria de Anderson (1984, *Historical Romance Morphology*). Mas um facto é evidente: a quase totalidade da investigação desenvolvida em língua portuguesa sobre o Português é desconhecida desses mesmos autores. E por isso repito: se o Português raramente aparece como língua de referência, a omissão de bibliografia sobre essa língua é praticamente total.

Não pretendo ter dado uma panorâmica exaustiva da investigação produzida em Português e sobre o Português assim como não é minha intenção apresentar uma lista completa de todas as referências, breves e menos breves, à língua portuguesa surgidas em autores estrangeiros. Não poderia, por exemplo, deixar em branco o capítulo sobre o Português da autoria de Stephen Parkinson na obra de Harris e Vincent (1990) sobre as Línguas Românicas nem as referências à língua portuguesa inseridas na Grande Enciclopédia de Crystal (1987), sobretudo no que respeita à inclusão do Português entre as línguas consideradas ‘críticas’ pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos, ou seja, “línguas cujo conhecimento importa à investigação científica ou interessa à segurança nacional ou económica”. E lembro aqui também os *Readings in Portuguese Linguistics*, colectânea de artigos cuja publicação foi promovida por Schmidt-Radefeldt em 1976.

O meu objectivo é enfatizar o facto de que, se o Português tem sido objecto de investigação actualizada e significativa feita em língua portuguesa, essa investigação não é suficientemente conhecida pela comunidade científica internacional, não ultrapassa as fronteiras do espaço lusófono. Que ilações se podem tirar desta verificação, que propostas fazer para solucionar o problema?

Um dos campos que presentemente manifesta grande vitalidade em decorrência do desenvolvimento da tecnologia e da sua integração na vida quotidiana é o tratamento automático das línguas naturais. Nunca é demais afirmar que a entrada da sociedade moderna na era da transmissão informatizada da informação tem consequências de uma tal importância que é lícito estabelecer um paralelo com dois grandes momentos da história da humanidade: a criação da escrita e a invenção da imprensa. A Europa só muito recentemente começou a dar à informatização das línguas a atenção que lhe é devida. Recorde-se que data de 1986 o manifesto, lançado pelo Conselho da Europa, para a salvaguarda do património linguístico europeu na vida quotidiana e, também, nas novas tecnologias da informação. A informatização das línguas estava ao tempo coberta pela denominação de “indústrias da língua”, denominação que foi nos últimos anos substituída pela de “engenharia linguística” ou “engenharia da linguagem”. Qualquer destes termos supõe um sofisticado trabalho em linguística computacional, levado a efeito pela colaboração entre linguistas e especialistas das ciências da computação, sem esquecer o contributo indispensável da

psicologia cognitiva para a criação de modelos de representação do conhecimento. A investigação neste domínio tem uma característica peculiar em relação aos objectos de análise: ao construírem-se instrumentos computacionais para as diferentes línguas todas elas, mais ou menos estudadas ou conhecidas, adquirem um estatuto de igualdade. Mais: quando esses instrumentos são construídos no âmbito de um projecto internacional, as línguas parceiras ficam de imediato com possibilidade de se inter-relacionarem com outras em modelos plurilingues cujas especificações são sujeitas a normatização.

O facto de Portugal estar integrado na União Europeia tem trazido à pesquisa sobre o Português, neste particular, um óbvio benefício. O projecto de tradução automática EUROTRA, que abrangia todas as línguas da CE de acordo com princípios de paridade, foi um primeiro impulso para o desenvolvimento da informatização do Português. Depois desse projecto (começado em Portugal em 1987 e terminado para todos os parceiros em 1992) outros projectos surgiram que têm como objectivo a construção de gramáticas e dicionários electrónicos e de interfaces em língua natural, a criação de bases de dados terminológicas e de *corpora* informatizados, de correctores e analisadores morfológicos, de instrumentos de tecnologia educativa. O Português encontra-se aí em perfeita igualdade com as línguas maioritárias europeias. Deve no entanto ressaltar-se que o progresso notável que evidenciou o desenvolvimento desta área nos seus poucos anos de vida se deve, fundamentalmente, à investigação já desenvolvida sobre o Português e à competência linguística dos especialistas que nela têm trabalhado. Ao referir esta vertente do tratamento da língua portuguesa quero chamar a atenção para dois aspectos: primeiro, que o alto nível da investigação existente sobre o Português permite uma colaboração internacional em perfeita igualdade com os linguistas que se dedicam ao tratamento de outras línguas; segundo, que este é um caminho em que os trabalhos sobre o Português se devem multiplicar, para o que se torna urgente e indispensável a formação de linguistas neste domínio e o apoio financeiro das autoridades nacionais ao desenvolvimento de projectos nessa área.

Quero ainda tornar bem claro, a propósito do processamento informático da língua mas com extensão a todo o tipo de aplicações, que sem investigação fundamental se não pode avançar no conhecimento de uma língua. Ao lançar uma dúvida sobre a importância de projectos que aparentemente se afastam das

preocupações imediatas, mas sem a realização dos quais não é possível construir aplicações credíveis, estamos a demonstrar um estado de atraso científico e social que é mais grave do que o atraso evidente no desenvolvimento de tecnologias sofisticadas. Em todos os campos, a inexistência da pesquisa fundamental torna os elementos de uma sociedade inteiramente dependentes dos resultados da investigação exterior, o que é uma nova forma de colonização. E as autoridades que têm o dever de apoiar esse investimento a médio e longo prazo são responsáveis pelo atraso decorrente da falta de condições para o levar a efeito.

Idênticas afirmações se podem fazer no que respeita às aplicações da investigação na criação de instrumentos para o ensino do Português como língua materna e língua segunda. Basta-nos uma rápida consulta aos materiais existentes e aos que se apresentam a público em Portugal e no estrangeiro para concluirmos que eles são claramente insuficientes para os objectivos a alcançar: muitos deles estão desactualizados, não utilizam os meios modernos de aprendizagem e, revelando embora uma indubitável dedicação de quem os realiza, frequentemente revelam também incompetência profissional, quando não exibem erros e desconhecimento das estruturas da língua. Os autores que trabalham neste campo não encontram quase nunca estudos e análises em extensão e em qualidade que lhes permitam construir instrumentos didácticos adequados às necessidades actuais. E é compreensível que as análises mais sofisticadas sobre fenómenos linguísticos isolados não podem constituir a única base (e provavelmente não são a melhor forma) para conseguir uma atitude agressiva e eficaz no ensino da língua. Para este fim e para muitas outras aplicações (como elaboração de testes de avaliação de desenvolvimento, terapias de linguagem, e até instrumentos informatizados da língua) carecemos em absoluto de informações amplas sobre frequência e distribuição do léxico, de *corpora* tratados, de bases de dados sobre o Português.

Estimular o tratamento automático da língua portuguesa e a concretização de outras aplicações como as acima referidas - a que acrescentarei a absoluta necessidade de desenvolver estudos experimentais nomeadamente no domínio da fonética - e apoiar indiscriminadamente o incremento da investigação fundamental não são condições suficientes para o impulso que urge dar á investigação e ao estudo da língua portuguesa. É indispensável que clarifiquemos as nossas necessidades e que definamos as prioridades. A responsabilidade desta atitude

compete principalmente à comunidade científica, nela incluindo aqueles que aplicam, em diversos campos, a pesquisa realizada por outros. É a comunidade científica que conhece os problemas, as lacunas e o modo de as colmatar. Façamos ouvir a nossa voz junto de quem tem o dever de promover (e financiar) o desenvolvimento da sociedade.

Mas estas últimas reflexões ainda não respondem à insuficiente difusão internacional da investigação sobre o Português. Não seria mesmo bastante que se conseguisse uma adequada colocação do livro português no estrangeiro - problema nunca resolvido a que as autoridades responsáveis não têm dado a devida atenção. Na realidade, a difusão da pesquisa sobre a língua portuguesa passa pelo acesso que a comunidade internacional possa ter à produção científica realizada em Portugal e no Brasil, e passa também pela divulgação de descrições rigorosas e cientificamente credíveis das variedades da língua portuguesa. Que essas descrições não têm bastado a um cabal conhecimento por parte dos linguistas estrangeiros, provam-no os exemplos de palavras erradas que acima referi, ou construções como “mostra-no-los-á”, citada por Spencer (1991, *Morphological Theory*) na secção que dedica aos clíticos em Português, ou ainda a afirmação de Comrie (1981, *Language Universals and Linguistic Typology*) de que os pronomes clíticos ocorrem muito frequentemente depois do verbo em Português europeu, quando sabemos que a sua colocação depende de várias condições impostas pela estrutura sintáctica.

A descrição da língua portuguesa e a investigação que sobre ela se desenvolve necessitam com urgência de um incentivo para uma mais fecunda produção e de uma forma adequada de divulgação. Tal tem sido feito para outras línguas como o espanhol, o catalão, o italiano, o húngaro, o neerlandês, o polaco e quantas mais. A bibliografia respeitante a muitas destas línguas surge frequentemente em obras básicas de linguística, em artigos especializados, em trabalhos internacionais de divulgação científica. A razão é simples: essa bibliografia encontra-se escrita maioritariamente em inglês e, por vezes, em outra ou outras línguas que igualmente compartilhem um espaço na comunidade científica internacional.

Porque não o fazemos então para o Português? Porque não publicamos em revistas internacionais, porque não estimulamos a difusão do nosso trabalho junto da comunidade científica, porque vamos ao ponto de querer, em certas

Universidades, restringir à língua portuguesa a apresentação de todos os trabalhos científicos? Por nacionalismo mal entendido? Por medo de que a língua portuguesa perca a sua identidade? Mas se temos precisamente como objectivo que outros, muitos mais, a venham a conhecer, tais argumentos não são aceitáveis. Pelo contrário, um panorama como o que acima descrevi só pode desencorajar o estudo mais profundo que os próprios linguistas lusófonos venham a realizar sobre a sua língua. Afinal trata-se de tornar patente, no interior da comunidade científica, uma riqueza que mantém a nossa identidade, não permitindo que ela se confine ao nosso (pequeno) universo. Trata-se, em última análise, de reconhecer a realidade do mundo em que vivemos e de aproveitar as múltiplas possibilidades que nos oferece de integrar o nosso saber no saber geral, contribuindo para o crescimento científico da humanidade.

E se Leite de Vasconcellos e Gonçalves Viana não consideraram desprestigiante apresentar algumas das suas obras maiores em língua francesa – a língua da comunidade científica europeia da época – não julgo que seja prejudicial para o Português no momento presente o uso da língua inglesa na produção científica dos linguistas lusófonos e, por outro lado, o apoio explícito e responsável a uma política de tradução. Disse uma vez alguém que a língua nunca foi obstáculo para o conhecimento generalizado das obras que marcaram os grandes momentos da ciência. É um facto real. Sucede porém que a maior parte da investigação se processa no quadro modesto dos paradigmas e que é precisamente essa investigação que faz avançar a ciência e que permite, por seu lado, o surgimento das obras geniais.